

SUMÁRIO

1. TEORIA GERAL DAS CORTES SUPERIORES	25
1.1 O papel das Cortes Superiores.....	25
1.2 As Cortes Superiores e a Constituição Federal.....	28
1.3 A função do Supremo Tribunal Federal	31
1.4 O papel específico do STJ: Unificação da interpretação da legislação federal	35
1.5 A natureza constitucional-processual dos recursos excepcionais	38
2. REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE RECURSAL (RECURSO EXTRA-ORDINÁRIO E ESPECIAL)	43
2.1 Os recursos no sistema jurídico brasileiro	43
2.2 Requisitos de admissibilidade recursal	46
2.2.1 Requisitos gerais de admissibilidade (processuais).....	47
2.2.1.1 Cabimento	47
2.2.1.2 Legitimidade	48
2.2.1.3 Interesse em recorrer.....	48
2.2.1.4 Inexistência de fato impeditivo ou extintivo do poder de recorrer.....	49
2.2.1.5 Preparo	50
2.2.1.6 Regularidade formal.....	52
2.2.1.7 Tempestividade	52
2.3 Requisitos específicos (constitucionais)	53
2.3.1 As causas decididas em única ou última instância – artigo 102, inciso III, da CF (recurso extraordinário).....	54
2.3.2 Decisão proferida em única ou última instância, pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios – artigo 105, inciso III, da CF (recurso especial).....	56
2.3.3 Matéria de direito federal ou constitucional	56
2.3.4 Exaurimento das vias recursais ordinárias.....	61
2.3.5 Prequestionamento	63

3. DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO	73
3.1 Conceito	73
3.2 Histórico.....	73
3.3 As hipóteses contidas nas alíneas do artigo 102, inciso III, da Constituição Federal	77
3.3.1 Contrariedade a dispositivo constitucional	77
3.3.2 Declaração de inconstitucionalidade de tratado ou lei federal (artigo 102, III, “b”, da CF)	80
3.3.3 Decisão que considerou válida lei ou ato de governo local contestado em face da Constituição Federal	82
3.3.4 Decisão que julgou válida lei local contestada em face de lei federal	82
3.4 Repercussão geral.....	83
3.4.1 Vigência	85
3.4.2 Seleção e sobrestamento do recurso extraordinário representativo da controvérsia	86
3.4.3 Efeitos do julgamento	88
3.4.4 Possibilidade de retratação.....	89
3.4.5 Do recurso contra a decisão que sobresta o recurso extraordinário ...	91
4. DO RECURSO ESPECIAL	93
4.1 Conceito	93
4.2 Histórico.....	94
4.3 As hipóteses contidas nas alíneas do artigo 105, inciso III, da Constituição Federal	95
4.3.1 A previsão da alínea <i>a</i>	95
4.3.2 A previsão da alínea <i>b</i>	97
4.3.3 A previsão da alínea <i>c</i>	97
4.4 O procedimento dos recursos repetitivos no STJ	100
4.4.1 Introdução	100
4.4.2 A identificação da controvérsia repetitiva e a suspensão dos demais feitos	101
4.4.3 O requerimento de informações e a participação de terceiros	105
4.4.4 A participação do Ministério Público	107
4.4.5 Do julgamento do recurso representativo.....	109
4.4.6 Efeitos do julgamento do recurso representativo.....	111
4.4.7 Da necessidade de regulamentação.....	115
4.4.8 Da vigência da Lei 11.672/2008.....	116
4.4.9 Do agravo de instrumento	118

4.4.10 Da concessão de efeito suspensivo e das medidas cautelares	118
4.4.11 Do recurso contra a decisão que suspende o recurso especial.....	120
5. PROCESSAMENTO DOS RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS.....	123
5.1 Competência para exame da admissibilidade dos recursos excepcionais.....	123
5.1.1 Processamento dos recursos excepcionais nos tribunais de origem	127
5.2 Agravo da decisão denegatória de admissibilidade.....	128
5.3 Efeitos da interposição dos recursos excepcionais	132
5.4 Retenção dos recursos excepcionais	135
5.5 Recurso adesivo.....	138
5.6 Do processamento dos recursos excepcionais nos Tribunais Superiores.....	141
6. NOVOS INSTITUTOS PROCESSUAIS DE GESTÃO DOS RECURSOS EXCEPCIONAIS.....	143
6.1 Direito fundamental à celeridade processual: julgamento em bloco	143
6.2 O processo de “concentração” do controle/uniformização da interpretação das normas jurídicas	145
6.2.1 Hierarquia normativa.....	151
6.2.2 A repercussão geral e os recursos especiais repetitivos	152
6.2.3 As súmulas vinculantes e os recursos especiais repetitivos.....	154
6.2.4 O julgamento em bloco e o instituto previsto no art. 557 do CPC	155
7. RECURSOS EXCEPCIONAIS EM MATÉRIA TRABALHISTA E PENAL. RECURSO ORDINÁRIO CONSTITUCIONAL.....	157
7.1 Recursos excepcionais em matéria trabalhista	157
7.1.1 O recurso de revista do art. 896-A, da CLT: o requisito da transcendência e a repercussão geral	165
7.2 Recursos excepcionais em matéria penal	166
7.3 Recurso ordinário constitucional	172
8. DOS RECURSOS EXCEPCIONAIS NO SISTEMA DOS JUIZADOS ESPECIAIS.....	179
8.1 Sistema recursal nos Juizados Especiais.....	179
8.2 Dos recursos extraordinário e especial nos Juizados Especiais.....	184
9. OS RECURSOS EXCEPCIONAIS NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.....	189
9.1 A proposta do STF de alteração da sistemática dos recursos excepcionais (aproximação com a ação rescisória).....	195

9.2 A proposta do STJ: a criação da preliminar de “relevância da questão federal”	196
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	199
ANEXOS	205
I. Modelos	207
1. Recurso Extraordinário	207
2. Recurso Especial	211
3. Pedido de Reconsideração – Recurso Extraordinário sobrestado	216
4. Pedido de Reconsideração – Recurso Especial suspenso	218
5. Embargos de Declaração (para fins de prequestionamento)	220
6. Recurso de Agravo (art. 544 do CPC)	222
7. Recurso Ordinário Constitucional	227
8. Medida cautelar para atribuir efeito suspensivo a RE/REsp	230
II. Legislação	235
1. Código de Processo Civil de 1973 (excertos)	235
2. Anteprojeto de Novo Código de Processo Civil (PLS 166/2010)	242
3. Lei 8.038, de 28 de maio de 1990 (excertos)	248
4. Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal (excertos)	253
5. Resoluções do STF	262
6. Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça	270
7. Resoluções do STJ	277
III. Súmulas	285
1. Súmulas do STF	285
2. Súmulas do STJ	293